



Oficinas pedagógicas para uma EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Junior Cunha (Org.)
Francy Rodrigues da Guia Nyamien (Coord.)









quero Saber!

Oficinas pedagógicas para uma

EDUCAÇÃO INCLUSIVA



TC 140/18-SETI/USF/UGF
Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial
Projeto financiado com recursos do FUNDO PARANÁ,
Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras.
Superintendência Geral de Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior.
www.seti.pr.gov.br

Junior Cunha (Org.)
Francy Rodrigues da Guia Nyamien (Coord.)

Oficinas pedagógicas para uma EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Primeira Edição E-book

TOLEDO – PR
2020

Copyright 2020 by
Organizador
Gerente Editorial
José Dias
Revisão Final
Luana Aparecida de Oliveira
Design Gráfico e Diagramação
Junior Cunha
Capa
Junior Cunha

Instituto Quero Saber
CNPJ: 35.670.640./0001-93
www.institutoquerosaber.org
editora@institutoquerosaber.org

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

O32 Oficinas pedagógicas para uma educação inclusiva. / organizador, Junior Cunha; coordenadora Francy Rodrigues da Guia Nyamien. 1. ed. e-book - Toledo, Pr: Instituto Quero Saber, 2020.
206 p.: il; color.

Modo de Acesso: World Wide Web: <https://www.institutoquerosaber.org/editora>
ISBN: 978-65-51210-00-6

1. Educação especial. 2. Autismo. 3. Dislexia. 4. Inclusão. 5. Deficiência. I. Título.

CDD 22. ed. 371.9

Rosimarizy Linaris Montanhano Astolphi – Bibliotecária CRB/9-1610

Todos os direitos reservados ao Organizador

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus respectivos autores

SUMÁRIO

Prefácio
Francy Rodrigues da Guia Nyamien
e Luana Aparecida de Oliveira 9

Apresentação
Junior Cunha 13

Capítulo 1
DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Letícia Strossi de Oliveira 17

Capítulo 2
SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA
Elora Marques M. da Silva 35

Capítulo 3
DEFICIÊNCIA VISUAL: noções introdutórias
Junior Cunha 57

Capítulo 4
DESCONSTRUINDO BARREIRAS: inclusão e acessibilidade da pessoa com Deficiência Física no meio escolar
Rosana Leal Santiago 75

Capítulo 5
COMO PENSAR A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
Elora Marques M. da Silva..... 87

Capítulo 6
SÍNDROME DE DOWN: um outro olhar
Lucas Antonio Vogel.....101

Capítulo 7
AUTISMO: conhecendo esse mundo
Lucas Antonio Vogel.....121

Capítulo 8
ALTAS HABILIDADES: barreira ou vantagem?
Letícia Strossi de Oliveira.....145

Capítulo 9
DISLEXIA: reflexões acerca dos Transtornos Específicos de Aprendizagem
Rosana Leal Santiago..... 165

Capítulo 10
O TEATRO DO OPRIMIDO COMO MÉTODO PEDAGÓGICO PARA PESSOAS COM TDAH
Junior Cunha.....181

Posfácio
Marcos Freitas de Moraes 201

Capítulo 3

DEFICIÊNCIA VISUAL:
noções introdutórias

Junior Cunha

JUNIOR CUNHA

Graduando do curso de Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus Toledo-PR*. Desenvolve pesquisa nas áreas de Teatro e Filosofia com enfoque em William Shakespeare. É autor de *Educação e Direitos Humanos* e *A filosofia de Nietzsche: noções introdutórias*. Para mais, escreve e pública, sobretudo, nos campos da Filosofia Política e da Ética. É integrante do projeto de extensão Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial e subcoordenador dos cursos de extensão Produção de Artigos Científicos e Bobbio Originale: *L'età dei diritti*.

INTRODUÇÃO

A atual concepção sobre o termo "deficiência" é um marco para a história da inclusão da pessoa com deficiência. Ancorada sobre os princípios que dão base à *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), a definição vigente do termo busca reconhecer e, assim, superar as opressões enfrentadas pelas pessoas com deficiência ao longo de anos de exclusão e preconceitos que se estigmatizaram nas camadas mais profundas da epiderme das sociedades construídas ao longo da história.

Proposto na *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2007), o atual sentido dado ao termo sobrepuja a velha noção de que a pessoa com deficiência é, *a priori*, impedida de realizar atividades comuns às pessoas sem deficiência. Compreende-se agora que as limitações impostas às pessoas com deficiência são, em sua maioria, construções sociais. Trata-se de um dever social, portanto, descontruir as noções de limitação e as restrições impostas *a priori* às pessoas com deficiência.

A deficiência, para mais, não é somente uma questão das pessoas com deficiência. Tange todas as esferas públicas em todos os seus aspectos. A promoção de ações e atitudes que efetivem e garantam a inclusão das pessoas com deficiência nos meios sociais é um exercício de cidadania e, dessa forma, dá sentido aos direitos humanos. Logo, a conotação dada ao termo deficiência reflete a maneira que a pessoa com deficiência é vista no meio social.

A presente oficina foi pensada para ir ao encontro do exposto nos parágrafos anteriores, visto que nosso objetivo é oferecer noções

introdutórias sobre a deficiência visual e, assim, descontruir as impressões carregadas de pré-conceitos sobre a temática. Nesse intuito, colocamos em evidência a pessoa com deficiência visual e não sua deficiência.

Nas próximas páginas há uma rápida reconstrução histórica do processo de inclusão social das pessoas com deficiência e tecnologias assistidas voltadas à deficiência em voga no capítulo. Com isso, nosso objetivo é oferecer um retrospecto do desenvolvimento da concepção acerca das deficiências e da pessoa com deficiência, e apresentar alguns recursos que podem auxiliar na melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A humanidade, ao longo de sua história, colocou as pessoas com deficiência sob diversas lentes. Flávia Piovesan, em *Direitos humanos e o direito constitucional internacional* (2013), apresenta quatro estágios de como as pessoas com deficiência foram vistas pelas sociedades ao longo do tempo. Estes quatro estágios acompanham a divisão habitual que se faz da história da humanidade, isto é, cada qual equivale, respectivamente, ao período antigo, medieval, moderno e, por fim, contemporâneo, contudo, cabe destacarmos que a divisão por estágios e suas associações com os períodos históricos tratam-se de um recurso hipotético e com fins pedagógicos.

Malgrado a divisão em estágios e estes vinculados aos períodos históricos ofereçam uma boa perspectiva do desenvolvimento da forma de se pensar às deficiências e às pessoas com deficiência, é evidente que a tal não corresponde *stricto sensu* com a realidade. Em outros termos, não raras vezes nos deparamos com pessoas que ainda cultivam a forma característica do período antigo e/ou medieval de se pensar as deficiências e as pessoas com deficiência.

Voltando ao que é apresentado por Piovesan: no primeiro estágio, segundo a autora, vigorava o misticismo em torno das

pessoas com deficiência, se acreditava que a deficiência era um castigo dos deuses e, por isso, a pessoa devia ser excluída do convívio social. Gracia, Xavier e Oliveira (2016, p. 13), sobre isso, apontam que:

> Desde os primórdios da civilização, os deficientes têm passado por problemas causados pelos preconceitos sociais. Assim é que, na Roma antiga, A Lei das Doze Tablas garantia ao patriarca das famílias o direito de matar os filhos que nascessem com deficiências ou anomalias. Para os hebreus, quaisquer deficiências, por menores que fossem, indicavam um certo grau de impureza ou pecado. Já os espartanos lançavam os deficientes do alto de despenhadeiros.

O segundo estágio era marcado pela invisibilidade da pessoa com deficiência; a forma que se lidava com a questão era segregando-as do restante da sociedade. Criava-se uma espécie de barreira social onde quem fugisse da normalidade era colocado para além dos limites da convivência coletiva. Daí, surgiram as instituições como manicômios e casas de acolhimento "especializadas" que, em geral, se situavam em regiões periféricas das cidades.

Em grande parte de sua história, o Brasil evidencia o terceiro estágio: o assistencialismo. As pessoas com deficiência passaram a ser vistas como enfermas que necessitavam ser curadas a todo custo. Criava-se uma imagem que eram "pobres coitadas" e que, por isso, precisavam de constante ajuda. Nesse sentido, as pessoas com deficiência não possuíam autonomia ou individualidade. Em linhas gerais, eram objetos que a sociedade tomava como amuletos; ajudar uma "pessoa necessitada" era um ato de bondade.

O quarto estágio, o atual, é marcado pela ascensão dos direitos humanos e focado na inclusão das pessoas com deficiência. Neste estágio se compreende que é possível fazer com que as pessoas com deficiência superem as limitações até então impostas. Passa-se a ver a pessoa com deficiência como membros da sociedade e que, como tal, devem gozar dos mesmos diretos e deveres que todos.

Dado que alguns conceitos e definições nos serão importantes no decorrer da oficina, faremos uma exposição sucinta destes e, na sequência, passaremos às tecnologias assistivas:

Pessoa com deficiência: de acordo com o Art. 2º da Lei 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou, ainda, Estatuto da Pessoa com Deficiência:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Pessoa com deficiência visual: de acordo com o terceiro inciso do Art. 4º do Decreto 3.298 (1999) considerava-se pessoa com deficiência visual quem se enquadrasse em: "acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações".

O retro citado, no entanto, é atualizado pelo Art. 70 do Decreto 5.296 (2004), que passa a considerar pessoa com deficiência visual quem se enquadra em:

> [...] cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Em 2008, o Ministério da Saúde publicou a Portaria 3.128 (2008) que apresenta os seguintes parágrafos em seu Art. 1º:

> § 1º Considera-se pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira.
> § 2º Considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID

> 10) e considera-se cegueira quando esses valores encontram-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10º (categorias 3, 4 e 5 do CID 10).

Cegueira: de acordo com o *Guia de orientações básicas para a inclusão de pessoas com deficiência*, elaborado em 2005 pela Comissão Especial de Acessibilidade do Senado Federal (p. 23): "A cegueira é compreendida como a perda total, ou a existência de um resíduo mínimo de visão, que leva o indivíduo a necessitar de recursos específicos para o seu desenvolvimento e inclusão social". Para mais:

> Ela pode ocorrer desde o nascimento e, nesse caso, se classifica como congênita e ainda pode ser adquirida ao longo da vida da pessoa – sendo, dessa forma, denominada como adquirida. Conhecer a origem da cegueira pode ser importante para fins educacionais, isso porque qualquer resquício de memória visual pode auxiliar o trabalho do professor na alfabetização do estudante cego (AMIRALIAN, 1997 *apud* TORRES; SANTOS, 2015, p. 36).

Baixa visão: de acordo com Domingues (*et. al.*) em *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com Deficiência Visual: baixa visão e cegueira* (2010, p. 8)*:*

> A baixa visão pode ser causada por enfermidades, traumatismos ou disfunções do sistema visual que acarretam diminuição da acuidade visual, dificuldade para enxergar de perto e/ou de longe, campo visual reduzido, alterações na identificação de contraste, na percepção de cores, entre outras alterações visuais. Trata-se de um comprometimento do funcionalismo visual, em ambos os olhos, que não pode ser sanada, por exemplo, com o uso de óculos convencionais lentes, de contado ou cirurgia oftalmológica.

Acuidade visual

> A acuidade visual (AV) é a capacidade visual de cada olho (monocular) ou de ambos os olhos (binocular), expressa em

termos quantitativos. A avaliação da acuidade visual é obtida mediante o uso de tabelas para longe ou para perto, com correção (AV C/C) ou sem correção óptica (AV S/C), ou seja, com ou sem óculos (DOMINGUES; e*t. al*, 2010, p. 10).

Campo visual

O campo de visão é o espaço no qual o nosso sistema visual pode detectar a presença de estímulos. Em outras palavras, o campo de visão é o que os nossos olhos veem quando olhamos para um ponto fixo, seja em sua frente ou ao seu redor (periférica). O campo de visão permite perceber seu entorno cotidiano.

Em geral, os limites normais do campo de visão são os seguintes:

Porção nasal: Faz alusão ao espaço entre o campo de visão em direção ao nariz. O limite normal nesse campo de visão é 60 graus (eixo horizontal).

Porção temporal: Faz alusão ao espaço entre o campo de visão em direção ao ouvido. O limite normal nessa parte é 100 graus (eixo horizontal)

Porção superior: O espaço entre o centro do campo de visão e a parte superior. O limite normal para esse campo de visão é 60 graus (eixo vertical).

Porção inferior: O espaço do centro do campo de visão e a parte inferior. O limite normal para esse campo de visão é 75 graus (eixo vertical).

Uma redução de quaisquer desses limites do campo de visão poderia alterar o campo de visão da pessoa ao olhar a um determinado ponto. Isso pode causar dificuldades para ela se movimentar no ambiente[1].

[1] Cf.: *Amplitude do campo de visão – Uma característica fundamental de seu sistema visual*. Disponível em: www.cognifit.com/br/habilidade-cognitiva/largura-campo-visao. Acesso em: 23/03/2019.

Tecnologias assistivas[2]

As tecnologias assistivas auxiliam, possibilitam ou tornam mais fáceis a realização de certas atividades por pessoas com deficiência ou necessidades especiais. Com isso, proporcionam a autonomia, independência, significativa melhora de vida e inclusão social da pessoa com impedimentos funcionas por conta de deficiências ou necessidades específicas.

De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT):

> Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social[3].

Ainda de acordo com o CAT, as TA se dividem em Recursos e Serviços:

> **Recursos:** São todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência. Os Serviços são definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos.
> **Serviços:** São aqueles prestados profissionalmente à pessoa com deficiência visando selecionar, obter ou usar um instrumento de tecnologia assistiva. Como exemplo, podemos

[2] Mais informações e detalhes disponíveis no site: *Assistiva – Tecnologia e Educação*, www.assistiva.com.br. Acesso em: 25/03/2019.

[3] Cf.: NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAI). *O que é Tecnologia Assistiva?* Disponível em: www.tst.jus.br/web/nai/tecnologias-assistivas. Acesso em: 25/03/2019.

> citar avaliações, experimentação e treinamento de novos equipamentos[4].

A Portaria interministerial 362 (2012) do Ministério da Fazenda, lista 12 categorias de TA:

QUADRO 1: Categorias de Tecnologia Assistiva

1. Auxílios para a vida diária e a vida prática.	Materiais e produtos que favorecem desempenho autônomo e independente em tarefas rotineiras ou facilitam o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio, nas atividades como alimentar-se, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais. Incluem-se nesta área recursos de atividades de vida prática, utilizados no apoio a ações como as da escola.
2. Comunicação Aumentativa e/ou Alternativa (CAA).	Recursos destinados à ampliação de habilidades de comunicação. Dispositivos para ajudar a pessoa a receber, enviar, produzir e/ ou processar informações em diferentes formatos.
3. Recursos de acessibilidade ao computador.	Conjunto de hardware e software especialmente idealizado para tornar o computador acessível a pessoas com privações sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e motoras. Inclui dispositivos de entrada (mouses, teclados e acionadores diferenciados) e dispositivos de saída.
4. Sistemas de controle de ambiente.	Através de um controle remoto, as pessoas com limitações motoras podem ligar, desligar e ajustar aparelhos eletroeletrônicos como a luz, o som, televisores, ventiladores, executar a abertura e fechamento de portas e janelas, receber e fazer chamadas telefônicas, acionar sistemas de segurança, entre outros localizados em seu quarto, sala, escritório, casa e arredores.
5. Projetos arquitetônicos para acessibilidade.	Projetos de edificação e urbanismo que garantam acesso, funcionalidade e mobilidade a todas as pessoas, independentemente de sua condição física, intelectual e sensorial.
6. Órteses e Próteses.	Órteses são colocadas junto a um segmento do corpo, garantindo-lhe um melhor posicionamento, estabilização e/ou função. Próteses são peças artificiais que substituem partes ausentes do corpo, por exemplo, uma perna mecânica.
7. Adequação Postural.	Projetos de adequação postural são compostos pela seleção de recursos que garantam posturas alinhadas, estáveis, confortáveis e com boa distribuição do peso corporal. Os recursos de adequação postural auxiliam na prevenção de deformidades corporais.
8. Auxílios de mobilidade.	Equipamento ou estratégia utilizada na melhoria e autonomia da mobilidade pessoal.
9. Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas.	Categoria dos equipamentos que promovem a independência das pessoas com deficiência visual na realização de tarefas.

[4] Cf.: *Idem*.

10. Auxílios para ampliação da habilidade auditiva e para autonomia na comunicação de pessoas com déficit auditivo, surdez e surdo-cegueira.	
11. Adaptações em veículos e em ambientes de acesso ao veículo.	Acessórios e adaptações que possibilitam uma pessoa com deficiência física dirigir um automóvel ou ser deslocado por meio dele.
12. Esporte e Lazer.	Recursos que favorecem a prática de esporte e participação em atividades de lazer.

FONTE: Portaria interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012[5].

Segue abaixo alguns exemplos de TA para pessoas com deficiência visual:



FIGURA 1: Lupas manuais



FIGURA 2: Lupa-régua

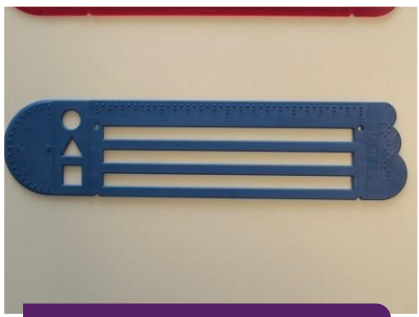


FIGURA 3: Régua de compensação



FIGURA 4: Reglete e punção

[5] Cf.: Tabela reelaborada pelo autor com recortes não assinalados. A autenticidade do documento original por ser verificada em www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012102500044.



FIGURA 5: Máquina de escrever Braile



FIGURA 6: Impressora Braile



FIGURA 7: Teclado ampliado



FIGURA 8: Lupa eletrônica

APLICAÇÃO

A primeira aplicação da presente oficina foi realizada no dia primeiro de junho de 2019. Na ocasião a oficina teve como participantes professoras e professores da rede estadual e municipal de educação de Toledo-PR. Foi exposto os conteúdos tratados na seção anterior e, além destes, mais três temas foram abordados: (1) a importância da inclusão de pessoas com deficiência; (2) as necessidades educacionais especiais; e (3) sugestões e recomendações para alunos(as) com baixa visão. Segue uma breve síntese de cada um deles:

Importância da inclusão de pessoas com deficiência

As relações sociais aprimoram o desenvolvimento cognitivo e social de todos os indivíduos. Nesse contexto, a inclusão da pessoa com deficiência lhe possibilita a ampliação de suas oportunidades e supre as condições sociais necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades.

É por meio de ações inclusivas, de apoio especializado e adaptações sociais, principalmente nos meios educacionais, que se pode oferecer os estímulos e o acesso das pessoas com deficiência a todos os âmbitos da sociedade, segundo Pletsch e Braun (2008, p. 4):

> [...] a criança cujo desenvolvimento foi comprometido por alguma deficiência, não é menos desenvolvida do que as crianças 'normais', porém é uma criança que se desenvolve de outra maneira. Isto é, o desenvolvimento, fruto da síntese entre os aspectos orgânicos, socioculturais e emocionais, manifesta-se de forma peculiar e diferenciada em sua organização sociopsicológica. Assim, não podemos avaliar suas ações e compará-las com as demais pessoas, pois cada pessoa se desenvolve de forma única e singular.

Necessidades educacionais especiais

Trata-se de um equívoco supor que as necessidades educacionais especiais se restrinjam apenas às pessoas com deficiência. Pessoas com deficiência, pessoas com transtornos funcionais específicos, pessoas sem estes ou deficiência podem vir à precisarem e devem receber metodologias educacionais que visem compensar suas dificuldades de aprendizagem.

Quando se trata de pessoas com deficiência e que precisam de medidas educacionais específicas, estamos nos referindo a pessoas com deficiência auditiva, deficiência física, deficiência intelectual e deficiência visual. Em grande parte dos casos, pessoas com estas características precisaram de adaptações arquitetônicas, socioespaciais e, sobretudo, pedagógicas e metodológicas.

Tratando-se de pessoas com transtornos funcionais específicos – na maioria dos casos decorrentes de condições neurológicas –, por exemplo, pessoas com dislexia; disgrafia, disortografia, discalculia, TDAH etc., as medidas educacionais, em grande parte dos casos, envolverão adaptações pedagógicas e metodológicas.

No que tange as pessoas sem deficiência ou transtornos funcionais específicos, mas que necessitam de medidas educacionais específicas, nos referimos a pessoas que apresentam dificuldades de aprendizagem em virtude de questões emocionais, problemas familiares, alimentação inadequada, ambiente desfavorável ao seu desenvolvimento ou amadurecimento etc. Nestes casos também será necessário adaptações pedagógicas e metodológicas.

Sugestões e recomendações para estudantes com baixa visão

Iluminação: o ambiente de ensino afeta diretamente o aprendizado. Em caso de alunos(as) com baixa visão é necessário extrema atenção com a iluminação que melhor favorece seu desempenho educacional. Há casos em que o(a) aluno(a) preferirá ambientes menos iluminados, como é o caso de alunos(as) com sensibilidade à luz (fotofobia); outros optam por ambientes mais claros; e há também os que se sentem melhor apenas com a luz natural proveniente de uma janela no ambiente, por exemplo.

Contrates: o uso de materiais com contrates pode melhorar significativamente o aprendizado do(a) aluno(a) com baixa visão. Com isso, o(a) professor(a) em sala deve estar atento com as cores do giz e da lousa que está usando; com as cores e espaçamentos do caderno utilizado pelo(a) aluno(a); com figuras ilustrativas que utiliza em sala etc.

Ampliação: as avaliações, atividades; textos e livros didáticos utilizados em sala podem ser mais bem aproveitados pelo(a) aluno(a) com baixa visão se tiverem letras ampliadas. Cabe observar que apenas isto não basta, é preciso levar em consideração o tipo de letra,

o espaço entre as letras e as linhas, o tamanho das margens, a cor e o tipo de papel utilizado etc.

RESULTADOS OBTIDOS

Ao final da presente oficina foi realizado uma roda de conversa com os participantes. O tema em voga era a importância da inclusão e os caminhos e práticas para sua efetivação. Grande parte dos presentes se propuseram a partilhar suas experiências com alunos(as) ou conhecidos(as) com deficiência.

Em meio as falas de cada participante, um ou outro dos demais sugeriu alguma ação possível de ser tomada diante ao fato narrado. Com isso, criou-se entre os participantes uma espécie de pequena comunidade disposta a ajudar uns aos outros.

No que diz respeito a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, se trata justamente do mesmo processo, ou seja, a formação de uma comunidade disposta a ajudar uns ao outros. É por meio de nossas vivências e compartilhamentos destas que podemos encontrar, com a ajuda de todos que compõem o corpo social, caminhos e práticas que proporcionem cada vez mais que pessoas com deficiência ocupem os mesmos espaços e desfrutem das mesmas oportunidades que pessoas sem deficiências. Todavia, ressaltamos que não basta somente a boa vontade das pessoas em ajudar àquelas com deficiência, mais importante ainda são as políticas públicas e a garantia de leis voltadas a esse público, assim como sua efetivação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. *Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências*. Brasília, 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. *Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.* Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008. *Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual*. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Portaria interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012. *Dispõe sobre o limite de renda mensal dos tomadores de recursos nas operações de crédito para aquisição de bens e serviços de Tecnologia Assistiva destinados às pessoas com deficiência e sobre o rol dos bens e serviços*. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

DOMINGUES, Celma dos Anjos; *Et. al*. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar*: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

GRACIA, Frederico Antonio (Cood.); XAVIER, Silvia Cristina A.; OLIVEIRA, Vera Lucia de. (Org.). *Deficiência com eficiência*: dos direitos da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: Editora OAB-SP. 2016.

ONU. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2007). 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

PLETSCH, M. D.; BRAUN, P. A inclusão de pessoas com deficiência mental: um processo em construção. In: *Democratizar*, v. 2, n. 2, p. 1-12, maio/ago. 2008. Disponível em: atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/INCLUS%C3%83O-DE-DM-PROCESSO-DE-FORMA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 18/03/2019.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, Clara Gomes Veloso da; GOMES, Werley Campos; SILVA JÚNIOR, Agenor Pedro. O direito à acessibilidade do deficiente visual à luz da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. In: *Percurso Acadêmico*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, jul./dez. 2017. Disponível em: periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/16264. Acesso em: 18/03/2019.

TORRES, Josiane Pereira; SANTOS, Vivian. Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais. In: *Educação*, Batatais, v. 5, n. 2, p. 33-52, 2015. Disponível em: claretianobt.com.br/download?caminho=/upload/cms/revista/sumarios/396.pdf&arquivo=sumario2.pdf. Acesso em: 18/03/2019.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

FIGURA 1: *Lupas manuais*. Disponível em: www.retinaportugal.org.pt/bv/3_max.JPG. Acesso em: 27/03/2019.

FIGURA 2: *Lupa-régua*. Disponível em: images-na.ssl-images-amazon.com/images/I/917nJkc77vL._SX466_.jpg. Acesso em: 27/03/2019.

FIGURA 3: *Régua de compensação*. Disponível em: static.ndonline.com.br/2012/09/02-09-2012-20-10-28-img-6841.jpg. Acesso em: 27/03/2019.

FIGURA 4: *Reglete e punção*. Disponível em: conceitoeducacional.files.wordpress.com/2013/01/reglete.jpg . Acesso em: 27/03/2019.

FIGURA 5: *Máquina de escrever Braile*. Disponível em: www.digitalbegotto.com.br/image/cache/data/maquina%20de%20escrever%20braille%20perkins-1450x1450.jpg. Acesso em: 26/09/2019.

FIGURA 6: *Impressora Braile*. Disponível em: www.pontofrio-imagens.com.br/Informatica/Impressoras/Matricial/11498063/1156932287/basic-impressora-braille-com-formulario-continuo-e-impressao-frente-e-verso-interponto-braille-11498063.jpg. Acesso em: 26/09/2019.

FIGURA 7: *Teclado ampliado*. Disponível em: http2.mlstatic.com/teclado-ampliado-baixa-viso-abnt-2-layout-br-D_NQ_NP_19953-MLB20180640655_102014-F.jpg. Acesso em: 27/03/2019.

FIGURA 8: *Lupa eletrônica*. Disponível em: www.tecnobrasilloja.com.br/lojas/00013911/prod/eyeqampl.jpg. Acesso em: 27/03/2019.

SITES CONSULTADOS

Fundação Dorina Nowill.
Link: www.fundacaodorina.org.br.

Fundação Laramara.
Link: www.laramara.org.br.

Instituto Helena Florisbal.
Link: www.ihf.com.br.



TC 140/18-SETI/USF/UGF
Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial
Projeto financiado com recursos do FUNDO PARANÁ,
Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras.
Superintendência Geral de Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior.
www.seti.pr.gov.br

Oficinas pedagógicas para uma

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Oficinas Pedagógicas para uma Educação Inclusiva apresenta elementos essenciais para pensarmos de forma crítica acerca do paradigma da inclusão de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais, inclusive para além do âmbito da educação. Nesses termos, ressaltamos que inclusão é a efetivação dos direitos já garantidos por leis; é ter políticas públicas voltadas a esse público alvo; é dar voz e vez ao sujeito como protagonista da sua própria história; é se dirigir à pessoa com deficiência e falar diretamente com ela, e não com quem a acompanha; é respeitar seu tempo de fala; enfim, é considerar como sujeito capaz de exercer sua autonomia, assim como qualquer outra pessoa.

Francy Rodrigues da Guia Nyamien
e Luana Aparecida de Oliveira

universidade sem fronteiras
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
unioeste Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus de Toledo
P.E.E. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais Campus Toledo
Oficinas Pedagógicas Inclusivas Educação Especial
quero Saber!
ISBN 978-655121000-6